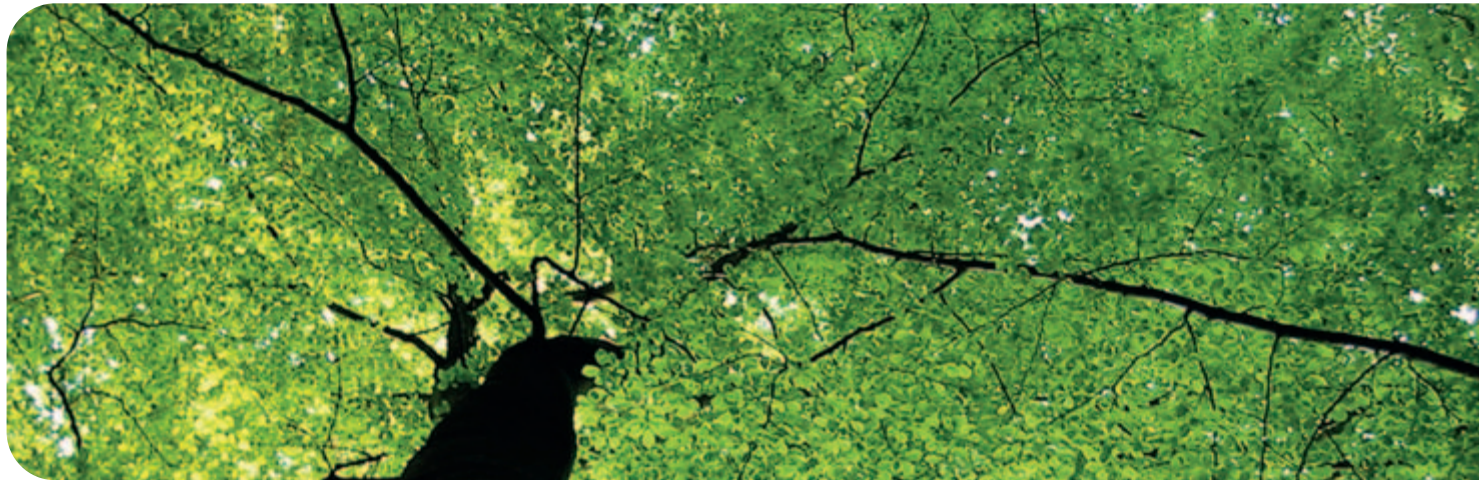




**DESENVOLVENDO
SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS
DE REDD +**

Um guia para processos
de construção coletiva

DESENVOLVENDO SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD +



Um guia para processos
de construção coletiva

Organização:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Autores:

Tália Manceira Bonfante
Maurício Voivodic
Luís Meneses Filho

Revisão gramatical:

Fábio Zelenski

Tradutores:

Amantino Ramos de Freitas (Inglês)
Myriam Maurice de Barros e Ivânio César de Barros (Francês)
Laura Madrigal Zúñiga Tito (Espanhol)

Layout e diagramação:

4 Talentos Propaganda

Apoio:

Esta publicação conta com o apoio das organizações:
Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido (Defra),
Embaixada Britânica do Brasil, The David and Lucile Packard Foundation e WWF.

As opiniões expressas pela publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a visão oficial de nenhum dos governos envolvidos.

Fotografias:

Acervo Imaflora*

*As fotografias utilizadas nesta publicação fazem parte do acervo Imaflora e têm a finalidade de ilustrar os processos e de promover as comunidades.

Ficha catalográfica:

Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais de REDD+: um guia para processos de construção coletiva./ Talía Manceira Bonfante, Maurício Voivodic e Luís Meneses Filho - Piracicaba, SP: Imaflora, 2010. 40 p.

ISBN: 978-85-98081-38-0


1. Clima. 2. Brasi.l - Floresta. 3. Biodiversidade. 4. Meio ambiente. 5. Socioambiental. 6. REDD. I. Título.


Para democratizar ainda mais a difusão dos conteúdos publicados no Imaflora, as publicações estão sob a licença da Creative Commons (www.creativecommons.org.br), que flexibiliza a questão da propriedade intelectual. Na prática essa licença libera os textos para reprodução e utilização da obra com alguns critérios: apenas em casos em que o fim não seja comercial, citada a fonte original (inclusive o autor do texto) e, no caso de obras derivadas, a obrigatoriedade de licenciá-las também em Creative Commons.




Essa licença não vale para fotos e ilustrações, que permanecem em copyright.


Você pode:


 • Copiar, distribuir, exibir e executar a obra;

 • Criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

 • Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

 • Uso Não-Comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

 • Compartilhamento pela mesma Licença. Se você alterar, transformar, ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

A publicação está disponível na página eletrônica do Imaflora (www.imaflora.org) também nos idiomas espanhol, inglês e francês.

Informações:

Tel/Fax: +55 19 3429-0800 | imaflora@imaflora.org.br | www.imaflora.org.br

DESENVOLVENDO SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD +

Um guia para processos
de construção coletiva

SUMÁRIO EXECUTIVO

Mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) representam uma das melhores alternativas em curto prazo para reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo assim para minimizar os impactos das mudanças climáticas globais.

Atividades de REDD, ou REDD+ se incluirmos as atividades de conservação, uso e restauração florestal, implicam em reduzir as taxas de desmatamento de florestas tropicais em países em desenvolvimento. Isso requer a adoção de ações que melhorem a governança florestal nestes países, afetando diretamente a vida de milhares de pessoas que vivem na floresta e dependem de recursos florestais como principal fonte de subsistência.

Neste contexto, o debate sobre REDD+ precisa extrapolar as mesas de negociações internacionais restritas à participação de representantes governamentais. É necessário que este debate envolva os governos nacionais e locais, assim como os diversos setores da sociedade civil que, de alguma forma, estejam relacionados com esta temática.

O processo descrito neste guia, de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ no Brasil, foi uma iniciativa que buscou fazer esta discussão por meio de um processo multissetorial, envolvendo o setor privado, organizações ambientalistas, representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e instituições de pesquisa.

Os riscos socioambientais de atividades de REDD+ foram discutidos por estes grupos e com base nesta discussão, foram elaboradas as salvaguardas que minimizam a ocorrência destes riscos. Os representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares assumiram um importante protagonismo neste processo, levando a discussão para a esfera local, e trazendo para o documento final as preocupações reais das pessoas que vivem e dependem da floresta.

As Salvaguardas Socioambientais de REDD+ elaboradas no Brasil são agora apresentadas aos governantes pela sociedade civil, como um subsídio para a elaboração de políticas públicas relacionadas a REDD+, mudanças climáticas e, em um panorama mais geral, às formas alternativas de uso do solo em áreas florestais.

Este guia tem como objetivo contribuir para que processos semelhantes sejam realizados em outros países onde o tema REDD+ também represente riscos e oportunidades. Esperamos que este processo possa ser replicado de forma participativa, aberta à sociedade civil e com efetiva participação de representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

CONTEXTO GERAL

Em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) reconheceu que a redução do desmatamento de florestas tropicais representa uma estratégia importante para a redução das emissões globais de carbono. Desde então, o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) vem ganhando espaço central no debate internacional, tornando-se uma relevante estratégia de curto e médio prazo para minimizar os efeitos danosos das mudanças climáticas.

Durante as discussões na COP-15 em Copenhagen, em dezembro de 2009, o grupo de trabalho de negociadores que lida com ações cooperativas de longo prazo (LCA)¹ começou a discutir Salvaguardas Socioambientais de REDD+, considerando que estas deverão ser respeitadas em qualquer atividade de REDD+ realizada sob o arcabouço da **Convenção Quadro de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (UNFCCC)**. Nesta reunião, o texto produzido por este grupo enfatizou a importância de envolvimento de múltiplos atores da sociedade civil na discussão sobre REDD+, destacando que este tema não pode ficar restrito às discussões internacionais, mas precisa ser levado para uma discussão nacional ou subnacional, envolvendo governos, setor privado, sociedade civil e, em especial, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Inúmeros projetos e programas pilotos de REDD+ vêm sendo promovidos por governos nacionais ou locais, empresas ou organizações da sociedade civil em diversos países. No entanto, devido à ausência de regulamentações a respeito deste tema, tem havido diversos questionamentos sobre a capacidade de este mecanismo resultar em reduções efetivas de desmatamento e de emissões de gases de efeito estufa, assim como sobre os potenciais riscos socioambientais associados a atividades de REDD+, em especial o possível desrespeito aos direitos tradicionais de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Além disso, a **Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas** estabelece que os povos tenham direito a autodeterminação e ao consentimento livre, prévio e informado. Estes aspectos vêm sendo também considerados nos debates internacionais de mudanças climáticas e REDD+, apesar de ainda haver muita indefinição na forma de se fazer consulta a povos indígenas e comunidades tradicionais, de modo que o processo seja realmente efetivo e legítimo junto a estas populações.

No Brasil a insegurança de movimentos sociais em relação à garantia de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais nos projetos pilotos de

Um panorama a respeito dos projetos de REDD+ desenvolvidos na América Latina pode ser encontrado em uma publicação elaborada pelo IDESAM e TNC Brasil, disponível em português e inglês no site

<http://www.idesam.org.br/publicacoes.php>

REDD+ foi fortemente manifestada durante o Seminário Katoomba, realizado em abril de 2009. Representantes dos movimentos sociais demandavam maior participação nas discussões sobre REDD+, e propuseram a realização de uma iniciativa que elaborasse, por meio de um processo participativo e inclusivo, uma referência nacional de salvaguardas socioambientais para atividades de REDD+.

Sensibilizadas por estas reivindicações, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas e instituições de pesquisa decidiram iniciar um processo multissetorial para elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+. Este processo foi conduzido entre agosto de 2009 e julho de 2010.

¹ Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Actions

RESUMO DA INICIATIVA BRASILEIRA DE ELABORAÇÃO DE SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+

A primeira etapa foi a criação de um Comitê Multissetorial que pudesse impulsionar o processo de elaboração destas salvaguardas, e que representasse os diversos grupos setoriais envolvidos ou afetados por mecanismos de REDD+. Este grupo revisou diversos documentos prévios que tratavam de questões ambientais ou sociais de REDD+, e a partir disso elaborou uma primeira versão de um documento que continha um conjunto de salvaguardas socioambientais, organizadas em princípios e critérios para facilitar a discussão em temas.

Este documento foi então submetido a uma ampla consulta pública, aberta a qualquer pessoa interessada no tema. Durante um período de 150 dias este documento foi difundido pela internet e discutido a fundo em cinco reuniões setoriais organizadas pelos membros do comitê. Destas reuniões, três foram organizadas pela Aliança dos Povos da Floresta (GTA, CNS, COIAB e CONTAG), para discutir o documento com as lideranças de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, abrangendo toda a Amazônia Brasileira; outra liderada pelo Instituto Centro Vida (ICV) em Lucas do Rio Verde, com agricultores familiares no Norte do Mato Grosso; e uma organizada pela BIOFÍLICA e FUNBIO com o setor privado em São Paulo.

Ao todo foram recebidos 559 comentários de cerca de 200 pessoas e organizações. Todos estes comentários foram registrados e apresentados para discussão dos membros do Comitê. Com base nos mesmos, este grupo elaborou a versão final das Salvaguardas Socioambientais de REDD+, organizadas em oito princípios e 27 critérios. As decisões no comitê foram tomadas por meio de **consenso** entre todos os membros, o que faz com que este documento represente um grande acordo multissetorial sobre os critérios a serem adotados, minimizando desta forma os riscos socioambientais inerentes às atividades de REDD+.

Dentre estes critérios, foram abordados aspectos críticos para a efetividade destas atividades, relacionados à TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO, GARANTIA DE DIREITOS TRADICIONAIS e DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS. (Ver anexo 1)

No conjunto, estes critérios contribuem para uma discussão maior, relacionada ao uso da terra no Brasil, fortalecendo a relação entre os temas de conservação da biodiversidade, direitos sociais, mudanças climáticas e agricultura, por meio de um manifesto acordado pelos diversos setores da sociedade civil brasileira. No momento atual, em que o governo federal e os governos estaduais da Amazônia estão discutindo regulamentações para atividades de REDD+, este documento se torna uma importante referência a ser observada já que é resultado de um processo de discussão “DE BAIXO PARA CIMA”, que considerou as preocupações dos grupos que poderão ser afetados por atividades de REDD+.

Na iniciativa brasileira, as Salvaguardas Socioambientais de REDD+ foram organizadas em Princípios e Critérios para facilitar a discussão em temáticas específicas e relevantes para REDD+. Ao todo foram criados oito Princípios e 27 Critérios. Este formato, decidido pelo Comitê Multissetorial no Brasil, não pode ser confundido com Princípios e Critérios que formam padrões de certificação. O documento brasileiro não teve a finalidade de se transformar em um padrão de certificação, mas sim definir os critérios mínimos para projetos e programas de REDD+ não causarem riscos socioambientais.

RESUMO DAS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DE SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+ :



FORMA DE UTILIZAÇÃO DO GUIA

O objetivo deste guia é registrar o processo realizado no Brasil e apresentá-lo como uma possibilidade a ser seguida por outros países interessados em desenvolver processos de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+.

Para isso, as etapas conduzidas no processo brasileiro foram sistematizadas neste guia em três capítulos. Cada um deles aponta as principais ações desenvolvidas: antes, durante e após o processo. Para finalizar são apresentadas as principais lições aprendidas com a construção do documento.

Naturalmente seguir a estrutura sugerida neste manual não garante, por si só, um bom processo. Garantir a transparência, representatividade e decisões consensuais são essenciais para definir a legitimidade e credibilidade do produto final.

A maneira em que as atividades foram organizadas e as metodologias apresentadas são apenas uma sugestão, visto que cada processo apresenta suas peculiaridades e muitas atividades podem ocorrer de forma paralela e serem desenvolvidas de forma diferente da sugerida neste guia. Além disso, adaptações culturais se farão necessárias.

SUMÁRIO

1 INICIANDO O PROCESSO

- Planejamento prévio 09
- Engajamento de atores interessados 12

2 CONDUZINDO O PROCESSO

- Reunião do grupo multissetorial 16
- Consulta pública 20
- Tratamento dos comentários recebidos 29
- Reunião de fechamento 30

3 UTILIZAÇÃO DAS SALVAGUARDAS

- Políticas públicas 33
- Influenciando projetos 34
- Principais lições aprendidas 35

ANEXO 1

- Versão final das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ desenvolvidas no Brasil 36

ANEXO 2

- Integrantes do Comitê Multissetorial formado para conduzir o processo no Brasil 39

1 INICIANDO UM PROCESSO MULTISETORIAL

O objetivo deste capítulo é mostrar os bastidores de um processo multissetorial, ou seja, ações e articulações importantes de serem realizadas antes de conduzir o processo em si. Destacamos duas ações: Planejamento Prévio e Engajamento dos atores interessados.



1. PLANEJAMENTO PRÉVIO

Antes de iniciar um processo multissetorial de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+, é necessário fazer um bom planejamento que defina claramente os objetivos e resultados esperados com a iniciativa, o tempo para alcançá-los e a quantidade de recursos requerida.

Esta fase é essencial e não pode ser desprezada, pois reúne informações importantes para que os atores interessados no tema possam decidir se realmente estão dispostos a iniciar um processo com estas características.

Além disso, permite uma melhor captação de recursos, uma vez que as etapas para alcançar os resultados esperados são previamente definidas.

Um processo como este geralmente se inicia a partir da constatação de um grupo de atores envolvidos com o tema, sobre a necessidade de uma iniciativa para desenvolver coletivamente um documento que defina referências socioambientais para REDD+ no país.

O primeiro passo para isso é elaborar um Termo de Referência que reúna essas ideias em um único documento que possa ser compartilhado entre diversas organizações e atores envolvidos com o tema REDD+.

O Termo de Referência é o documento que servirá como base para as articulações iniciais necessárias para o desenvolvimento do processo de construção das Salvaguardas Socioambientais de REDD+. A partir dele será possível mapear e averiguar o nível de interesse das organizações chaves de participarem do processo e captar recursos para o mesmo.

Reúna as ideias em um documento e compartilhe-as com atores interessados



Dica:

Utilize o Termo de Referência para, desde o início, legitimar o processo. Circule este documento para outros atores interessados no tema e convide-os a enviar comentários e sugestões. Assim, a decisão de se iniciar um processo, e de como este processo será conduzido, não fica sob responsabilidade de uma única organização, mas sim de um grupo, facilitando inclusive a captação de recursos.

O que se deve incluir no Termo de Referência?

- Descrição do problema a ser enfrentado (ex.: riscos socioambientais de REDD+);
- Clara definição dos objetivos da iniciativa, na intenção de harmonizar expectativas entre os atores;
- Descrição do que se espera com um processo multissetorial, qual é o produto a ser alcançado ao final;
- Definição do escopo geográfico do documento: será aplicável para todo o país ou para uma região específica?
- As atividades necessárias para alcançar estes objetivos. Planeje-as em etapas e defina prazos para cada uma delas;
- Proposta metodológica para o processo e para cada uma das etapas;
- Definição dos mecanismos que serão utilizados para a tomada de decisão ao longo do processo;
- Cronograma com todas as etapas, definindo claramente em quanto tempo se espera alcançar os resultados;
- Proposta de orçamento, ainda que em linhas gerais, necessário para a execução do processo.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Esta é uma etapa fundamental para o sucesso da iniciativa. Defina os valores necessários para cada atividade de forma bem realista, para que o processo não seja comprometido por falta de recursos ou por que os valores foram subestimados.

Diversas fontes de recursos podem ser consideradas: governo, agências doadoras, empresas, etc. Ao definir qual será a sua fonte de financiamento, considere que credibilidade é fundamental em um processo deste tipo.

Por isso, evite captar recursos de atores que detém interesses específicos no tema em questão. Isso poderá resultar em questionamentos sobre a imparcialidade do processo.

Boas práticas de elaboração de critérios socioambientais

A fim de garantir transparência, participação e credibilidade ao documento que será elaborado, sugere-se que o processo siga o máximo possível as recomendações estabelecidas pela ISEAL Alliance, instituição internacional que define as boas práticas para processos de elaboração de padrões socioambientais.

Para mais informações, ver www.isealalliance.org, em especial os documentos:

ISEAL Code of Good Practice for Setting Social and Environmental Standards, Version 4, January, 2006.

ISEAL Code of Good Practice for Setting Social and Environmental Standards, Implementation Manual, 2006.





Custos da reunião do Comitê Multissetorial

Item de despesa	Custo (US\$)
Passagens aéreas	9.000
Hospedagem	1.200
Alimentação	700
Impressão de materiais	500
Local para a reunião	2.500
Tempo técnico	5.000
TOTAL	18.900

Obs.: Custos aproximados referentes a uma (1) reunião do Comitê Multissetorial. Esta reunião tinha a presença de cerca de 20 pessoas. Valores aqui apresentados apenas na intenção de exemplificar e dar uma referência. Cada país possui uma dinâmica de custos de logística diferenciada e isso precisa ser levado em consideração na elaboração do orçamento.

O tempo técnico é referente as pessoas da equipe da organização facilitadora com dedicação para organizar a reunião. Custos administrativos não estão incluídos.

Custos da reunião de consulta pública com povos indígenas, populações locais e agricultores familiares



Item de despesa	Custo (US\$)
Passagens aéreas, fluviais e rodoviárias	15.000
Hospedagem	4.000
Alimentação	1.000
Impressão de materiais	3.000
Local para a reunião	3.000
Tempo técnico	10.000
TOTAL	36.000

Obs.: custos aproximados referentes a uma (1) reunião de consulta pública organizada pela Aliança dos Povos da Floresta. Estas reuniões tinham a presença de cerca de 40 pessoas. Valores aqui apresentados apenas na intenção de exemplificar e dar uma referência. Cada país possui uma dinâmica de custos de logística diferenciada e isso precisa ser levado em consideração na elaboração do orçamento.

O tempo técnico é referente às pessoas da equipe do GTA com dedicação para organizar a reunião. Custos administrativos não estão incluídos.



No Brasil

A captação de recursos foi feita junto a uma Fundação Norte-Americana. Optou-se por realizar dois processos de captação de recursos: um para as reuniões de consulta pública com povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, sob a responsabilidade do GTA, e outra para a facilitação do processo e condução de reuniões do Comitê Multissetorial, sob a responsabilidade do IMAFLORA.



Dicas:

- Orçamentos com valores altos podem ter mais dificuldades em captar recursos. Desta forma considere a opção de fracionar o valor e buscar por mais de uma fonte financiadora.
- Caso obtenha apenas parte do recurso para desenvolver as atividades do processo, avalie se isto interferirá na qualidade do produto final. Se a resposta for sim, questione se vale a pena iniciá-lo, visto que este não terá robustez e a legitimidade esperadas e necessárias.

2. ENGAJAMENTO DE ATORES INTERESSADOS

Um processo de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ precisa, idealmente, incluir todos os atores envolvidos com o tema, em especial aqueles grupos que podem ser prejudicados com as atividades de projetos e programas de REDD+. Suas preocupações precisam ser consideradas na elaboração das Salvaguardas Socioambientais.

Além disso, a **legitimidade** do documento final está diretamente relacionada com o nível de participação dos diversos atores envolvidos e afetados por REDD+. Estes atores reconhecerão o documento como algo importante a ser adotado na medida em que se sentirem parte do processo e que tenham as suas demandas e preocupações devidamente consideradas no documento final.

MAPEAMENTO DOS SETORES ENVOLVIDOS COM O TEMA

Um documento com Salvaguardas Socioambientais de REDD+ terá maior força política se não for apenas a expressão setorial de um grupo da sociedade civil. Ainda que os diferentes setores tenham interesses e preocupações diferenciados – e até antagônicos – em relação a REDD+, é importante que tudo isso faça parte da discussão, ampliando a reflexão sobre o tema e a interação entre os diversos atores.

Assim, identifique quais são os atores que poderão ser afetados por REDD+ (como povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares) e os que tenham interesses econômicos com REDD+ (empresas madeireiras, grandes produtores rurais, empresas desenvolvedoras de projetos, certificadores, bancos, escritórios de advocacia, etc.). Além disso, identifique e inclua no processo as organizações acadêmicas e instituições de pesquisa que podem contribuir com informações técnicas sobre REDD+.



O processo altamente participativo de desenvolvimento das salvaguardas para REDD+ no Brasil envolveu consultas em diversos locais do país e junto com uma ampla gama da sociedade - em particular os povos tradicionais da floresta e agricultores cujo engajamento é fundamental para que este novo instrumento possa funcionar efetivamente. A abordagem altamente participativa adotada pelos organizadores deste processo serviu para gerar um diálogo com os grupos de base, que são freqüentemente esquecidos na elaboração de políticas públicas para Amazonia e, portanto legitimar o produto final. O milagre é que um processo tão participativo gerou um produto tão simples e elegante! Nos do WWF-Brasil consideramos que esta experiência serve como modelo para o desenvolvimento de salvaguardas para REDD+ em outros países e, de uma forma mais ampla, para a formulação de políticas sábias independente da sua natureza ou local.

Anthony Anderson

Especialista Sênior em Florestas e Clima WWF-Brasil
Membro do Comitê Multissetorial



Dica:

Na formação do Comitê Multissetorial, procure equilibrar o número de representantes de cada setor para evitar que uma minoria não consiga participar adequadamente da discussão. Além disso, o desbalanço setorial no processo de construção do documento pode vir a se tornar um sério limitante para a credibilidade e legitimidade do produto final.

FORMAÇÃO DE UM COMITÊ MULTISSETORIAL

Uma vez que os recursos já estão garantidos para a realização do processo, a primeira etapa concreta é a formação de um grupo de organizações que será responsável pela condução do processo e elaboração do documento. É importante que este grupo contenha representantes dos diversos setores que foram previamente mapeados, formando, portanto um **Comitê Multissetorial**.

Ao definir a composição do Comitê, considere as seguintes questões:

Incluir ou não representantes governamentais?

Esta é uma decisão importante que terá relação direta com o resultado do processo. A resposta para ela varia muito entre cada país, uma vez que em alguns locais é justamente o governo que está liderando o processo de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+.

O importante é que o representante governamental não utilize o seu poder político para influenciar o processo e o documento final, pois isso reduziria a legitimidade das salvaguardas junto a sociedade civil.

Representações setoriais ou organizações locais?

O conhecido dilema da representatividade. Aqui, a melhor opção também depende muito da forma

como os atores estão organizados em cada país. Ambas as opções possuem vantagens e desvantagens.

Representações setoriais, ou redes, quando existentes, são interessantes neste Comitê Multissetorial, pois possuem melhor capacidade de reunir as demandas e interesses de uma ampla gama de atores. Entretanto, algumas vezes esta comunicação entre os representantes e os representados não é eficiente e assim os atores poderão não se sentir representados adequadamente no Comitê.

Organizações locais contribuem, de forma bastante fidedigna, com os interesses e preocupações de um grupo específico, mas, por outro lado, não conseguirão trazer uma visão mais geral de um setor.

Deve haver uma organização que lidere institucionalmente o processo?

Muitos processos multissetoriais são liderados por uma única organização. Isso facilita a parte de captação de recursos e de planejamento e execução das atividades. Entretanto, associar o processo a uma única organização pode comprometer a legitimidade, pois reduz a apropriação do processo por parte das demais organizações e setores.



No Brasil

O Comitê Multissetorial no processo conduzido no Brasil foi composto por representantes do setor privado, de organizações ambientalistas, de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, de grandes produtores rurais e de instituições de pesquisa representativos do bioma Amazônia.

Dado que o objetivo era elaborar um documento que definisse o posicionamento da sociedade civil em relação a REDD+, optou-se por não incluir nenhum representante governamental no grupo. Os órgãos de governo envolvidos no tema foram informados sobre o processo e recebiam periodicamente informações sobre o andamento do mesmo.

Por consenso do grupo, ficou estabelecido que não haveria a figura de uma organização líder do processo. Assim, todos os membros do Comitê tinham nível semelhante de responsabilidade sobre o processo. Os documentos utilizados publicamente nunca levaram nenhum logo institucional. Continham apenas a lista das organizações que compunham o Comitê. Isso permitiu um maior empoderamento por parte destas organizações sob o processo e o produto final.

Os membros do Comitê definiram que esse grupo não seria fechado e ficaria aberto a adesão de novas instituições, porém sempre considerando o equilíbrio de representação setorial. Ao final, este grupo foi composto por 20 representantes. Além disso, uma organização brasileira assumiu a responsabilidade por toda a facilitação do processo. (Ver Anexo 2).

PAPEL DOS DIFERENTES ATORES

PARTICIPANTES DO GRUPO MULTISSETORIAL

É importante que os membros do grupo:

- Estejam comprometidos em alcançar o objetivo do processo;
- Tenham capacidade para negociar suas demandas a fim de buscar o consenso no grupo;
- Participem ativamente e estejam comprometidos com todas as etapas do processo;
- Defendam os interesses e tragam para o grupo as demandas dos seus representados ou de seu setor;
- Se comprometam em levar o documento para discussão junto ao seu setor.

FACILITADOR DO PROCESSO

Especialmente na ausência de uma organização líder, é muito importante haver um facilitador que irá acompanhar as diferentes etapas do processo. Idealmente este facilitador vai além de simplesmente facilitar as reuniões, mas é o responsável por garantir a consistência e correta adoção da metodologia proposta.

Sugere-se que a Organização Facilitadora apresente as seguintes características:

- Seja de confiança e apresente um bom relacionamento com as demais organizações do grupo;
- Apresente conhecimento a respeito da temática REDD+;
- Tenha experiência em processos de elaboração coletiva de normas/ documentos;
- Seja o mais neutro possível em relação a interesses setoriais sobre o tema REDD+.

O FACILITADOR tem as seguintes atribuições:

- Garantir a consistência da metodologia das diferentes etapas do processo;
- Elaborar e enviar os materiais de apoio para as discussões;
- Facilitar a comunicação entre os membros do grupo;
- Organizar a logística das reuniões;
- Definir a dinâmica a ser utilizada em cada reunião;
- Registrar, arquivar e organizar os comentários recebidos durante a consulta pública.



Nós da Rede Povos da Floresta, reconhecemos a importância de termos um documento desta relevância dando as diretrizes para a elaboração de projetos de Redução das Emissões de Co₂ por Desmatamento Evitado para as Terras Indígenas, especialmente por tomar o caso a caso de maneira universal. Além de ser compatível com o documento de REDD-Indígena, pactuado com o governo brasileiro...

Ailton Krenak

Diretor presidente da OSCIP
REDE POVOS DA FLORESTA
Membro do Comitê Multissetorial

LEMBRE-SE que o FACILITADOR tem a função de GUIAR a equipe no processo. Ele NUNCA deve usar de sua posição para induzir decisões.

2 CONDUZINDO O PROCESSO

O objetivo deste capítulo é apontar as principais atividades envolvidas no desenvolvimento de um processo de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+.

Estas atividades foram agrupadas em:

- Reunião do Comitê Multissetorial;
- Consulta Pública;
- Tratamento dos Comentários Recebidos;
- Reunião de fechamento do documento.

1. REUNIÃO DO COMITÊ MULTISSETORIAL

O momento de reunir os membros do Comitê Multissetorial é uma etapa de grande importância no processo. A forma como este encontro será conduzido poderá levar ao fracasso ou ao sucesso da iniciativa.

Lembre-se que este é o momento para que os diferentes interesses de cada setor representado no Comitê sejam apresentados e debatidos por todo o grupo. Este debate pode resultar em oposições que precisam ser resolvidas para não comprometer o andamento do processo.

Por isso, **uma boa preparação para esta reunião é fundamental!**

ORGANIZANDO A REUNIÃO

- O primeiro desafio é encontrar uma data que concilie a agenda de todos os membros do Comitê. Conseguir a presença de todos é muito importante, pois permite o equilíbrio entre os diferentes setores que compõem o Comitê.
- É importante que os membros do Comitê tenham algum documento prévio para orientar a discussão. Idealmente, o facilitador deve elaborar uma compilação de documentos existentes que tratam de salvaguardas de REDD+, organizando o conteúdo destes documentos em temas que serão utilizados como a base para a discussão do grupo.
- O facilitador deve enviar os documentos previamente aos membros do Comitê, juntamente com o documento que organiza os diferentes temas a serem discutidos.

- Além disso, o facilitador deve apresentar aos membros do Comitê uma proposta de agenda para a reunião, apresentando o objetivo da reunião, os horários, os temas a serem debatidos e a dinâmica que será utilizada. Isso é importante, pois harmoniza as expectativas entre os membros do Comitê.

ESPAÇO DEDICADO PARA A REUNIÃO:

- Procure um local neutro onde todos os membros se sintam confortáveis de frequentar;
- Prepare o espaço para a reunião com mesas em formato e U. Assim todos os membros poderão se enxergar, reduzindo qualquer hierarquia entre eles;
- Garanta que todo o material de apoio necessário para o trabalho do grupo esteja disponível, incluindo: data show, flipchart, canetas e pincéis atômicos coloridos; Coffe break, etc.



Dica:

Defina bem os tempos para cada sessão da reunião!

Durante a reunião o facilitador tem um papel muito importante que é ser o guardião do tempo. Como serão discutidos temas que são, muitas vezes, controversos, o facilitador precisa garantir que os tempos sejam respeitados para que se consiga completar toda a agenda proposta.

Logo no início da reunião, apresente a agenda e os tempos definidos para cada discussão ao grupo e confirme que todos concordam em cumprir com esta agenda.



No Brasil

Os seguintes documentos foram utilizados para a elaboração do documento prévio que foi utilizado para a discussão na primeira reunião do Comitê:

- Carta conferência Katoomba (Abril de 2009, assinada por diversas organizações da sociedade civil, incluindo organizações ambientalistas, movimentos sociais, produtores rurais, etc.);
- Carta dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira sobre as Mudanças Climáticas (COIAB, set. 2009);
- Carta de princípios para REDD - Fórum Amazônia Sustentável;
- Key Messages from Accra Caucus, Bangkok, outubro 2009;
- Critérios e Indicadores para Projectos REDD - Universidades de LEEDS e Bangor (Reino Unido);
- Declaração de Manaus - abril de 2008;
- Draft REDD+ Social & Environmental Standards - CCBA, out. 2009.

O conteúdo de cada documento apontado acima foi previamente sistematizado em uma grande matriz no Excel, classificando-os em grandes temas. Em seguida estes temas foram organizados em uma estrutura de Princípios e Critérios (P&C), tentando ao máximo torná-los objetivos e evitando qualquer tipo de redundância desnecessária.

CONDUÇÃO DA REUNIÃO



Dica:

Considere a possibilidade de fazer uma reunião prévia de capacitação aos membros do Comitê que não detêm conhecimento do tema, antes de iniciar qualquer tipo de discussão sobre salvaguardas socioambientais.



Dica:

Caso a discussão sobre um tema consuma muito tempo sem que seja possível alcançar o consenso, separe este tema em um flip chart e passe para o próximo de modo dar continuidade na agenda da reunião. Ao final do encontro, tente retomar este tema caso haja tempo. Do contrário, nomeie um subgrupo para discutir este tema posteriormente e apresentar ao Comitê uma proposta.

Este é um encontro especial. Provavelmente a maior parte dos membros do grupo estará se encontrando pela primeira vez. Dessa forma é importante que se inicie a reunião com um momento para que as pessoas possam se apresentar e conhecer com quem elas trabalharão ao longo do processo de construção do documento.

Os membros do Comitê terão, provavelmente, níveis diferenciados de conhecimento sobre o tema, o que pode ser prejudicial para o resultado da reunião. Assim, defina um momento para uma preparação prévia sobre os conceitos que serão utilizados.

Apresente, logo no início da reunião, o objetivo que une todos os membros que participam do comitê: a elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+. Destaque como um objetivo comum a todos, pois isso será importante para a negociação e a busca de consenso.

Proponha aos membros do comitê o método para os processos de tomada de decisões e verifique se todos estão de acordo com a proposta. O **consenso** é sempre a melhor opção para este tipo de processo, mas isso pode dificultar o andamento da reunião.

Defina, em discussão com todos os membros do Comitê, o escopo geográfico de aplicação do documento. Atividades de REDD+ em diferentes regiões no país podem representar diferentes riscos socioambientais. Esta definição é importante de ser feita logo no início do processo, pois vai guiar a estratégia de realização da consulta pública.





No Brasil

Na primeira reunião do Comitê no Brasil houve pouquíssimos temas controversos, para surpresa de todos. Aparentemente o tema REDD+ é mais agregador do que conflitante no Brasil, e não existem grandes dilemas entre os diferentes setores no que se refere à definição de salvaguardas socioambientais.

O escopo geográfico definido nesta primeira reunião foi a região da Amazônia Brasileira. Isso porque os participantes do Comitê Multissetorial tinham maior experiência com esta região e, portanto, não se sentiriam a vontade para contribuir com as discussões de outros biomas.

Divida o dia de reunião em dois momentos:

A Considerações iniciais

- Apresentação dos membros;
- Exposição de expectativas e objetivo da reunião;
- Motivações para a elaboração do documento/ Antecedentes;
- Alinhamento dos conhecimentos;
- Definições dos papéis;
- Considerações dos membros do grupo.

B Discussão da versão preliminar do documento

- Nesta etapa, o facilitador deverá apresentar os temas organizados previamente para a discussão do grupo. O importante é conseguir que o grupo alcance acordos sobre quais são os principais elementos que devem ser traduzidos em salvaguardas do documento.
- Não perca tempo elaborando o texto, mas sim registrando os temas que foram acordados entre os membros, para posterior redação do documento.



Dicas:

- Mantenha as anotações feitas pelo relator visíveis aos demais participantes. Dessa forma, todos os membros do grupo podem acompanhar as informações coletadas e averiguem se o que está sendo registrado condiz com o que foi acordado pelo grupo.
- Para cada um dos temas a serem debatidos, organize a discussão em torno das seguintes perguntas-chaves:
 - A formulação do texto está clara?
 - Há algo do texto que deve ser retirado?
 - Há algo no texto que deve ser inserido?
 - Existe algum assunto relevante para REDD+ que não foi abordado no documento?
- Antes de finalizar a reunião:
 - Apresente um resumo do que foi feito e as pendências, caso elas existam;
 - Apresente os próximos passos com prazos bem definidos para cada um deles.

O quê?

Elaborar a v. 1.0

Revisar a v. 1.0

Preparar a Consulta pública

Enviar o documento para a Consulta

Quem?

Facilitador

Membros do Comitê

Facilitador

Facilitador + Membros do Comitê

ENCAMINHAMENTOS APÓS A REUNIÃO

- Com base na discussão ocorrida na reunião do Comitê Multissetorial, deverá ser elaborada a primeira versão do documento com as Salvaguardas Socioambientais de REDD+. O facilitador deverá se encarregar disso, mas considerando estritamente o que foi acordado na reunião, sem adicionar ou excluir nada.
- Uma vez elaborada, esta versão 1.0 deverá ser encaminhada para todos os membros do Comitê, para que seja revisada.
- A orientação nesta revisão é que não sejam adicionados novos temas, mas sim que se mantenha o foco naquilo que foi discutido e acordado na reunião. Caso contrário, este processo será interminável.
- Caso sejam recebidos comentários, estes devem ser incorporados no documento até que todos os membros do Comitê estejam satisfeitos com o conteúdo das Salvaguardas Socioambientais e **aprovem** formalmente esta versão para ser encaminhada para consulta pública.



O sucesso do REDD+ no Brasil, e sua efetiva contribuição na redução das emissões advindas do desmatamento, depende fundamentalmente de uma espécie de pacto entre os diferentes setores da nossa sociedade. Governos, empresas, sociedade civil e academia precisam não só se envolver, mas principalmente se entender em relação as responsabilidades, contribuições e obrigações de cada um.

É justamente esse o verdadeiro mérito do processo que resultou na criação desses princípios e critérios. De forma bastante clara e transparente as organizações envolvidas engajaram-se num processo “ganha-ganha” que ajudou a pavimentar o caminho para efetiva implementação desse mecanismo no Brasil.

Para a Biofílica, empresa brasileira focada na gestão de áreas florestais e comercialização de créditos ambientais, essa publicação rompe uma inércia que até agora vinha impedindo as boas ações e projetos. A falta de regulação não pode ser usada como motivo para não agir. Do ponto de vista empresarial, esse momento de incertezas traz também as maiores oportunidades. A publicação desses princípios e critérios traz o conforto de que a perseguição dessas oportunidades se dará de forma legal, equitativa e transparente. Contribuindo para valoração do maior ativo ambiental do planeta, a Amazônia.

Plínio Ribeiro

Secretário executivo da empresa Biofílica
Membro do Comitê Multissetorial

2. CONSULTA PÚBLICA

Uma vez elaborada pelo Comitê Multissetorial, a versão 1.0 do documento com as Salvaguardas Socioambientais de REDD+ devem ser submetidas a um processo de **consulta pública**.

O objetivo da Consulta Pública é possibilitar a participação de qualquer pessoa interessada na elaboração do documento. Uma boa consulta pública tornará o documento um produto de um processo coletivo da sociedade civil, elaborado através de um processo transparente e inclusivo.

A consulta pública pode ser realizada de diferentes formas, mas o principal é que aquelas pessoas interessadas em REDD+ tenham acesso ao documento e possam enviar suas contribuições.

Atores potencialmente afetados por ações de REDD+, como os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, formam um grupo importante a ser consultado, pois as suas preocupações precisam, necessariamente, ser traduzidas em salvaguardas socioambientais.

CONSULTA PÚBLICA SETORIAL

- Uma boa forma de organizar a consulta pública é compartilhar a responsabilidade pela disseminação do documento com todos os membros do Comitê Multissetorial.
- Desta forma, cada um fica responsável por levar o documento para ser discutido com as organizações do seu setor, tornando o processo mais efetivo e reduzindo o peso de uma única organização – geralmente a facilitadora – ser responsável por toda a consulta pública.

DEFININDO O PERÍODO DE CONSULTA

- É importante que a consulta pública tenha um período pré-estabelecido, com um prazo máximo para o envio de comentários.
- O tempo de duração da consulta pública deve ser definido entre os membros do Comitê Multissetorial. Cada membro deve analisar o período necessário para consultar seus representantes.
- 30 dias é o período mínimo de consulta pública recomendado pela ISEAL.



Dica:

As pessoas participam de um processo de consulta pública quando confiam que seus comentários serão realmente considerados no processo e no documento final.

Assim, defina de forma bem clara, e desde o início, qual será o método de registro e encaminhamento dos comentários recebidos, e apresente isso em todos os materiais disponibilizados publicamente.



MATERIAIS PARA A CONSULTA PÚBLICA

Juntamente com a Versão 1.0 das Salvaguardas Socioambientais de REDD+, recomenda-se que os seguintes documentos sejam preparados e disponibilizados durante a consulta:

- Anúncio público sobre o processo de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+, convidando à participação na consulta pública;
- Formulário de participação, onde os interessados poderão inserir seus comentários e enviar por e-mail ou fax;
- Documento com descrição mais detalhada do processo, o histórico do debate sobre Salvaguardas Socioambientais de REDD+, as etapas do processo em andamento e a lista dos membros do Comitê Multissetorial.



Dica:

Ao elaborar o formulário para consulta, **QUESTIONE:**

- O modelo proposto apresenta um formato simples, atrativo e de fácil preenchimento?
- Quais informações a respeito do participante da consulta são necessárias? A participação pode ser confidencial?
- A forma como os comentários serão recebidos permite fácil visualização, sistematização e tratamento das informações coletadas?



No Brasil

Durante a primeira reunião do Comitê Multissetorial, discutiu-se sobre o papel dos membros ao participarem deste comitê, e se decidiu, coletivamente, que cada membro teria a responsabilidade de conduzir a consulta pública junto ao seu setor.

Esta decisão foi especialmente importante, pois o Imaflora, como organização facilitadora, não havia captado recursos para organizar reuniões presenciais de consulta pública.

As organizações do movimento social, representando a Aliança dos Povos da Floresta, que inclui as organizações GTA, COIAB e CNS, fizeram uma captação de recursos exclusiva para a realização das atividades de consulta pública junto aos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

A consulta via internet e e-mail foi organizada pelo Imaflora, que se responsabilizou pela elaboração dos materiais, criação do site e

disseminação via e-mail para diversas listas de contatos de organizações que trabalham, de alguma forma, com temáticas relacionadas a REDD+.

Além disso, diversas organizações também divulgaram o processo em seus sites e listas de contatos.

www.reddsocioambiental.org.br

Este foi o website criado para divulgação do processo de elaboração do documento e consulta pública. Neste espaço ficaram disponíveis todas as informações a cerca do processo, além das necessárias para a participação no processo de consulta pública.

A mídia também teve um papel importante nesta divulgação. O anúncio da consulta pública foi também divulgado em revistas e sites especializados em temáticas ambientais, ampliando ainda mais o conhecimento público sobre o processo.

CONSULTA VIA INTERNET E EMAIL

Se possível, crie um site específico para o processo de consulta pública do documento. Ele será o canal de comunicação permanente entre o grupo multissetorial e os atores locais interessados em REDD+, além de ser o local onde todas informações relacionadas ao processo estarão disponíveis eletronicamente.

No site é importante que tenha:

- Histórico do processo;
- Etapas do processo;
- Cronograma do processo;
- Instruções para participação;
- Documento para consulta;
- Formulário apropriado para o preenchimento dos comentários;
- Lista dos Integrantes do Grupo Multissetorial (Nome da organização e nome do representante da instituição);
- Endereço eletrônico para encaminhamento do formulário preenchido e contato.

Além disso, cada organização que participa do Comitê Multissetorial pode inserir em seu site um link para a página do processo, ou até disponibilizar os materiais da consulta pública.

Outra forma de divulgar amplamente o processo é enviando e-mail com todos os materiais da consulta pública as diversas listas de contatos e redes de discussões sobre REDD+ e assuntos correlatos.

Com isso, o maior número possível de pessoas será informado sobre o processo em andamento de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ e terá a oportunidade de enviar a sua contribuição.

REUNIÕES PÚBLICAS

Ainda que importante, a consulta pública via internet e e-mail não é suficiente. Especialmente para grupos, como povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, e regiões onde o acesso à internet e e-mails é restrito.

Assim, a organização de reuniões presenciais para discussão do documento é fundamental, ampliando muito a qualidade do debate e dos comentários recebidos. São nestas reuniões que os principais riscos associados a REDD+ aparecem e, só desta forma, eles poderão ser traduzidos no documento final em salvaguardas socioambientais.



Dicas:

- Inicie a reunião esclarecendo os objetivos do processo de elaboração de salvaguardas socioambientais e a importância das reuniões presenciais como forma de elaboração coletiva do documento.
- Apresente, de forma bem clara, o método pelo qual os comentários da reunião serão registrados e utilizados para a elaboração da versão final das salvaguardas.
- Registre os comentários recebidos de forma que os participantes possam ler a elaboração final de seus comentários. Com isso você garante que os registros refletem exatamente o que foi dito na reunião.



No Brasil

As consultas presenciais foram organizadas por membros do Comitê Multissetorial. Ao todo foram realizadas cinco reuniões de trabalho para discussão e consulta do documento com diferentes públicos.

Mais de 200 pessoas participaram destas reuniões e tiveram, portanto, a oportunidade de conhecer o documento e contribuir com a sua elaboração.

Três reuniões foram organizadas pela Aliança dos Povos da Floresta (Redes GTA, CNS, COIAB e CONTAG), para discutir documento com as lideranças de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, abrangendo toda a Amazônia Brasileira;

O Instituto Centro Vida (ICV) organizou uma reunião com agricultores familiares no sul da Amazônia e a empresa BIOFÍLICA, em parceria com o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) organizou uma reunião em São Paulo com o setor privado.

REUNIÕES COM POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTORES FAMILIARES

Estes grupos possuem uma importância especial no processo, pois são os que têm maior potencial de serem afetados por atividades de REDD+. Além disso, geralmente é mais difícil incluir estes grupos em processos de consulta pública e elaboração coletiva de documentos.

Assim, em um processo de elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+, é necessário que se faça um planejamento específico para reuniões com estes grupos.

Ao fazer este planejamento, será necessário decidir o local das reuniões e a forma de distribuição de convites e seleção de participantes. Neste momento, considere as seguintes questões:

- Abrangência geográfica dos participantes das reuniões: povos de diferentes regiões podem trazer perspectivas diferenciadas para a questão de REDD+;
- Diversidade dos participantes: inclua diferentes etnias, povos e comunidades que vivem em diferentes situações (fronteira de desmatamento, regiões preservadas, áreas já desmatadas; etc.);
- Diversidade de gênero e idade: homens, mulheres, jovens, idosos. Cada um pode trazer diferentes perspectivas para a discussão e isso é muito importante!



André Costa Nahur



Dicas:

- Considere a possibilidade de captar recursos para cobrir os custos de transporte, alimentação e hospedagem de participantes para estas reuniões. Sem isso, grupos mais distantes e com poucos recursos não conseguirão participar do processo.
- Procure realizar as reuniões em locais onde os participantes poderão também ficar hospedados e fazer as suas refeições. Isso facilita a logística, aumenta a integração entre os participantes e a produtividade da discussão.

MOBILIZAÇÃO DE PARTICIPANTES PARA AS REUNIÕES

Ainda que as reuniões sejam abertas ao público, é importante selecionar participantes representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, para participar das reuniões. Estes participantes, por exemplo, poderão ter seus custos decorrentes da participação na reunião cobertos pelos organizadores da reunião.

Por isso, ao selecionar os participantes, considere, preferencialmente, LIDERANÇAS comunitárias ou REPRESENTANTES de organização que:

- Apresentem facilidade de replicação das discussões em suas comunidades;
- Tenham alguma experiência prévia em debates sobre políticas públicas ou gestão territorial;
- Estejam envolvidos em discussões relacionadas a REDD+ e/ou outras questões ambientais.

CAPACITAÇÃO

O objetivo desta capacitação é nivelar o conhecimento dos participantes a respeito do tema REDD+, oferecendo-lhes um nível de conhecimento necessário para que eles tenham uma participação EFETIVA e CONSCIENTE, tanto da importância do seu papel no processo quanto na construção do documento.

DINÂMICA DA REUNIÃO: CAPACITAÇÃO + DISCUSSÃO DE SALVAGUARDAS

O objetivo da reunião de consulta pública é, obviamente, discutir a versão 1.0 das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ que foi elaborada pelo Comitê Multissetorial e fornecer contribuições para a versão final do documento.

Entretanto, considerando que o tema de REDD+ e salvaguardas socioambientais é bastante novo para todos, e pode ser complexo para representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, é importante que seja destinado um tempo da reunião para um processo de formação sobre o tema a ser debatido.

Assim, a reunião deve ser dividida em duas etapas: uma de capacitação e uma de discussão das salvaguardas de REDD+.

Ao final da atividade de capacitação, faça uma dinâmica para que os participantes listem quais são, com base nos conhecimentos adquiridos, os riscos e oportunidades relacionados a atividades de REDD+. Ficando claro quais são os riscos, ficará mais fácil pensar sobre as salvaguardas socioambientais necessárias.



No Brasil

As reuniões de consulta pública com lideranças de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares foram organizadas pela Aliança Povos da Floresta, formada por GTA, CNS e COIAB. Estas organizações são redes que representam centenas de grupos de comunidades de toda a Amazônia Brasileira.

Para estas reuniões foi feita uma captação de recursos específica. Toda a gestão deste recurso ficou sob responsabilidade do GTA.

Foi decidido que cada uma destas três organizações indicaria dez representantes de suas redes para participar em cada uma das três reuniões que seriam realizadas em capitais da Amazônia. A seleção destes dez participantes para cada uma das redes foi feita obedecendo aos critérios acima listados.

Todas as despesas de hospedagem, alimentação e transporte destes participantes foram cobertas pelo projeto da Aliança Povos da Floresta, liderado pelo GTA. As três reuniões foram realizadas em locais onde havia espaço para as discussões e para hospedagem e alimentação, facilitando a logística do evento.

Assim, cada uma destas reuniões agregou representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, provenientes de diversas regiões da Amazônia Brasileira.



No Brasil

As reuniões de consulta com os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares tiveram duração de três dias. A primeira parte, de um dia e meio, foi dedicada à capacitação e ao nivelamento de conhecimentos. A segunda parte foi direcionada para a discussão do documento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+.

A oficina de capacitação e nivelamento dos participantes foi dividida em três momentos:

- Iniciou-se com uma palestra bastante ilustrativa sobre temas como mudanças climáticas, efeito estufa, aquecimento global, impactos das mudanças climáticas sobre a vida das pessoas e as relações entre desmatamento e mudanças climáticas.
- Em seguida foi exposto o conteúdo mais aplicado de pagamento por serviços ambientais e REDD+, incluindo questões conceituais, elementos de projetos e programas de REDD+, monitoramento e governança.
- Ao final, os participantes foram solicitados a identificar quais seriam os riscos e oportunidades associados a atividades de REDD+ às suas famílias e comunidades.

A profundidade dos conteúdos variou em função do nível de conhecimento dos participantes e do grau de interesse dos mesmos. Em todas as reuniões foram convidadas pessoas ligadas a projetos de REDD para apresentar casos concretos em desenvolvimento no Brasil.

A Aliança Povos da Floresta contou com o apoio do IPAM para conduzir a oficina de capacitação, o que foi bastante positivo, pois esta é uma organização que tem grande experiência com aspectos conceituais de mudanças climáticas e REDD+, e que já realizou diversas atividades de capacitação com organizações do movimento social.

DISCUSSÃO DA VERSÃO 1.0 DAS SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+

Inicie a segunda parte da reunião com uma primeira apresentação sobre:

- O histórico do processo de elaboração do documento;
- Objetivos do documento;
- As formas de participação;
- Os motivos pelos quais a participação das pessoas presentes na oficina é importante para o processo de construção do documento;
- O método utilizado para registrar os comentários e incluí-los no processo de elaboração da versão final das Salvaguardas Socioambientais de REDD+.

Em seguida inicie a atividade de discussão da versão 1.0 das Salvaguardas Socioambientais de REDD+. O ideal é que todos os participantes tenham tempo de revisar, discutir e comentar todo o documento.



Dicas:

- Ao elaborar o conteúdo da capacitação, não queira expor em grandes detalhes tudo o que existe a respeito do assunto. Não haverá tempo para isso e também não será necessário tamanho detalhamento.
- Mantenha o foco nas informações chaves para que os participantes tenham subsídios suficientes para participar da consulta de forma CONSCIENTE e INFORMADA.
- Durante as apresentações, procure ser o menos técnico possível. Quanto mais simples for a apresentação do conteúdo, maiores as chances dos participantes compreenderem e internalizarem as informações expostas.
- Sempre que possível, convide pessoas envolvidas em projetos de REDD para fazer apresentações. Esta é uma boa forma de fornecer ao público uma oportunidade de conhecer casos reais, compreender a complexidade e os caminhos que os projetos de REDD têm percorrido no seu processo de desenvolvimento, além de discutir e visualizar os riscos e oportunidades associados a este tipo de projeto.

DINÂMICA DE TRABALHO

- Separe os participantes em grupos pequenos de até 10 pessoas. Desta forma as pessoas possuem maiores chances de se expressar.
- Nesta divisão considere o contexto social e institucional dos participantes. Isto permite que cada grupo de atores analise e expresse seus pontos de vista e interesses, sem serem influenciados pelos interesses das outras partes.
- Para cada grupo destine duas pessoas da organização da consulta pública, sendo uma para atuar como moderador e outra como relator do grupo.
- Limite o tempo de discussão destinado para cada parte do documento. Assim você garantirá que todos os participantes terão tempo para revisar o documento inteiro.
- Ao final de cada discussão, o relator deve apresentar as recomendações feitas pelo grupo, com o propósito de averiguar se elas realmente correspondem ao que foi exposto pelo grupo.



Dica:

Procure associar esta atividade com a dinâmica anterior de identificação dos riscos gerados por atividades de REDD+. As salvaguardas devem estar diretamente relacionadas a eles, já que o objetivo é justamente reduzir os riscos socioambientais das atividades de REDD+.



No Brasil

Os participantes foram divididos em quatro grupos:

- Povos indígenas;
- Comunidades extrativistas;
- Agricultores familiares;
- Organizações locais.

Além disso, cada dupla de moderação (moderador e redator) ficou responsável por uma parte do documento. Como no Brasil as salvaguardas foram organizadas em formato de Princípios e Critérios, e havia oito Princípios, cada dupla de moderação ficou responsável por dois princípios.

Os Princípios e Critérios foram impressos em banners de lona, para facilitar a visualização dos grupos.

Assim, cada um dos quatro grupos passou um período de duas horas com cada dupla de moderação, revisando, discutindo e comentando dois Princípios por vez. Ao final da dinâmica, todos os quatro grupos haviam passado por todos os Princípios.

O moderador iniciava o trabalho com cada grupo lendo o Princípio e os Critérios, esclarecendo qualquer dúvida que pudesse haver. Em seguida, o grupo discutia e fazia suas recomendações para cada um dos Princípios e Critérios, seguindo as seguintes recomendações:

- O texto está escrito de forma clara e correta?
- Há alguma salvaguarda (critério) no documento que o grupo não concorda?
- Há alguma salvaguarda (critério) que não está no documento, mas que o grupo considera importante que seja incluída?

Todos os comentários e sugestões foram registrados pelo redator do grupo e apresentados ao final para validação de todos os participantes.



A definição dos princípios e critérios socioambientais para REDD+ foi um processo fundamental no cenário do REDD+ no Brasil, por ter sido a primeira iniciativa de consulta sobre o mecanismo numa escala amazônica. Num contexto onde falta informação sobre o mecanismo, as oficinas da consulta forneceram aos participantes informações necessárias para construir um posicionamento próprio sobre REDD+. A partir de uma participação ampla da sociedade civil amazônica, o processo conseguiu construir uma verdadeira referência nacional que contempla as diferentes realidades da Amazônia. Para o ICV, a oficina organizada com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde em Abril de 2010 foi, por exemplo, a oportunidade de uma reflexão junto à representantes da agricultura familiar do Estado de Mato Grosso sobre os potenciais, riscos, e desafios do mecanismo de REDD+ para os pequenos produtores.

Num contexto internacional onde a questão da participação ainda é enxergada como um desafio, esse processo deve ser visto como um exemplo de garantia da participação e do respeito dos direitos socioambientais dos povos da floresta e da agricultura familiar na construção de um mecanismo de REDD+.

**Alice Thuault**

Analista de Políticas Públicas - Programa de Governança Florestal - ICV
Membro do Comitê Multissetorial

3. TRATAMENTO DOS COMENTÁRIOS RECEBIDOS

A organização facilitadora precisa estar preparada para receber uma grande quantidade de comentários que deverão ser organizados e sistematizados antes de serem levados para a reunião final do Comitê Multissetorial.

Nesta etapa do processo, lembre-se:

- Todos os comentários são igualmente importantes. O facilitador não pode, de maneira alguma, alterar ou excluir comentários recebidos.
- Procure garantir a rastreabilidade das informações, pois isso ajudará a análise dos membros do Comitê. Assim, no momento de organizar os comentários, para cada um insira também as seguintes informações:
 - Um número de identificação do comentário;
 - A que parte do documento o comentário se refere;

- Quem encaminhou o comentário, seja um indivíduo ou uma organização;
- O meio que o comentário foi encaminhado (via eletrônica ou em alguma das reuniões presenciais).

- Organize os comentários em uma planilha que seja autoexplicativa, para que posteriormente este material possa ser disponibilizado não apenas aos membros do Comitê Multissetorial, mas também ao público em geral.
- Caso o número de comentários recebidos seja elevado, e visando facilitar a revisão por parte dos membros do Comitê Multissetorial, uma opção é classificar os comentários em grupos, de acordo com critérios pré-estabelecidos (veja exemplo abaixo, na forma como foi feito no Brasil). Assim, os membros do Comitê poderão utilizar esta classificação para decidir, por exemplo, qual grupo de comentários será revisado primeiro.



Dica:

O Excel pode ser uma boa ferramenta para registro e sistematização dos dados. Em uma única planilha é possível visualizar todos os comentários recebidos. Além disso, é possível utilizar a função [FILTRO] para, por exemplo, visualizar os comentários encaminhados por ou grupo social específico ou todos os comentários recebidos referente a um tema específico tratado no documento.



No Brasil

Ao final da consulta pública, foram recebidos 559 comentários, seja por meio eletrônico ou proveniente das reuniões presenciais. Todos estes comentários foram organizados pelo Imaflores, enquanto organização facilitadora, em uma planilha Excel, garantindo que, para cada comentário, fosse possível identificar:

- O autor do comentário;
- A parte do documento que o comentário fazia referência;
- A origem do comentário (se via e-mail ou em alguma das reuniões presenciais).

Cada comentário também recebeu um número identificador (ID), que possibilitou o rastreamento dos comentários. Além disso, para facilitar a revisão do Comitê Multissetorial (que não teria tempo de revisar todos os 559 comentários, um por um), os comentários foram classificados da seguinte forma:

DISCUSSÃO	Sugestões de alteração significativa, conceitual, introdução de um novo conceito
QUESTIONAMENTO	Perguntas sobre o processo, sobre REDD, sobre políticas públicas ou sobre qualquer outro assunto relacionado
MANIFESTAÇÃO	Manifestações que não trazem sugestões de alteração ou não são relacionadas diretamente ao texto do documento
SUGESTÃO MENOR	Sugestão de alteração de forma ou correção de texto, ou de pequenas mudanças no texto que não alteram o conceito e não inserem uma nova ideia
GLOSSÁRIO	Sugestão de adicionar uma definição para termos que aparecem ao longo do documento

4. REUNIÃO DE FECHAMENTO DO DOCUMENTO

Após o processo de consulta pública, o Comitê Multissetorial tem a responsabilidade de revisar os comentários recebidos e, com base neles, elaborar a versão final do documento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+.

Para isso, a organização facilitadora deverá enviar previamente a planilha com todos os comentários recebidos e uma proposta da metodologia a ser utilizada. Com isso, ganha-se tempo e aumenta-se a eficiência do debate em grupo.

Nesta fase, aplicam-se também as recomendações para os preparativos prévios à reunião, descritos no início deste capítulo.

DINÂMICA DA REUNIÃO FINAL DO COMITÊ

A reunião pode ser dividida em três momentos: **Informes Gerais; Trabalho de Revisão dos Comentários; e Próximos Passos.**

Nos **informes gerais**, a organização facilitadora deverá apresentar aos membros do comitê uma breve recapitulação sobre o processo de elaboração do documento, incluindo:

- Revisão dos objetivos da iniciativa, contexto de surgimento e necessidade de um processo para elaboração de salvaguardas socioambientais;

- Cronologia das etapas do processo;
- Papel do Comitê e da organização facilitadora;
- Apresentação sobre o processo de consulta pública e seus resultados;
- Forma de organização e sistematização dos comentários recebidos;
- Proposta de método a ser utilizado para revisar os comentários.

Na etapa de **revisão dos comentários** recebidos, é importante que os membros do comitê tenham condições de defender os comentários que foram enviados por pessoas ou organizações que fazem parte do seu setor. Este é justamente o exercício do diálogo inter-setorial, e por isso é importante garantir a rastreabilidade dos comentários.

Ainda que não dê tempo de revisar um por um todos os comentários recebidos, a organização facilitadora pode propor que algum grupo de comentários seja priorizado, mas precisa deixar aberta a possibilidade de que qualquer membro do comitê decida que o grupo deve revisar um ou outro comentário específico.



Dica:

Nesta etapa é importante que o Comitê Multissetorial limite a sua atuação a revisar os comentários recebidos e decidir qual será incorporado ao documento final, e qual não será incorporado e por qual motivo.

Evite ao máximo que os membros do Comitê adicionem novas preocupações, ou novas salvaguardas, que não foram discutidas inicialmente, e que também não apareceram na fase de consulta pública. Isso é muito importante para garantir a consistência do processo e evitar que, a cada reunião do Comitê, um novo documento seja elaborado.



Ao final da reunião, reserve um tempo para uma discussão sobre os **próximos passos** da iniciativa. Considere as seguintes atividades e defina prazos e responsabilidades para cada uma:

- Consolidação das decisões tomadas e elaboração do documento final;
- Elaboração de resposta a cada um dos comentários recebidos, na planilha de sistematização, tomando como base as decisões do Comitê (ACEITO / NÃO ACEITO e POR QUÊ);
- Envio do documento final, e da planilha com as respostas a todos os comentários, para revisão e aprovação dos membros do Comitê;
- Publicação e divulgação da versão final das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ e da planilha com todos os comentários recebidos durante a consulta pública, com uma resposta do Comitê para cada um deles;
- Envio destes materiais para todos os participantes do processo de consulta pública.

Além disso, considere também um tempo para discutir entre os membros do Comitê as formas de utilização e divulgação deste documento, uma vez que esteja finalizado.

No Brasil

- A planilha sistematizada com todos os comentários recebidos durante o período de consulta pública foi apresentada em formato digital e impresso aos membros do Comitê.
- Todos os comentários classificados como DISCUSSÃO foram debatidos pelos membros do Comitê até que fosse alcançado um CONSENSO sobre o encaminhamento a ser dado. O resultado final de cada discussão foi registrado pelo facilitador.
- O encaminhamento para cada comentário era: ACEITO (e então seria considerado na versão final); NÃO ACEITO (neste caso a justificativa por não aceitar o comentário foi também registrada pela organização facilitadora).
- Outros comentários que não tiveram esta classificação, mas que fossem de interesse de algum membro do Comitê, também foram levantados para a discussão e encaminhamentos.
- Os demais comentários não foram trabalhados pelo grupo. Porém foram tratados pela organização facilitadora após a reunião.
- Visando garantir a transparência do processo, a planilha com todos os comentários recebidos, devidamente respondidos pelo Comitê, foi enviada para todos que participaram da consulta pública, e foi disponibilizada no site www.reddsocioambiental.org.br.

O envio de todos os comentários encaminhados durante o período de consulta, devidamente respondidos pelo grupo multissetorial a todos os participantes da consulta é uma ação que fortalece a TRANSPARÊNCIA do processo, visto que possibilita que cada pessoa ou organização que enviou suas contribuições possam avaliar os encaminhamentos dados aos seus comentários.

3

UTILIZAÇÃO DAS SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS E MENSAGEM FINAL

Este capítulo final apresenta como o documento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ está sendo utilizado no Brasil. Além disso, reunimos às principais lições aprendidas neste processo visando contribuir com o debate internacional a respeito deste tema.

Esta é apenas uma referência que pode, ou não, ser utilizada como exemplo. Cada país, de acordo com as suas dinâmicas locais e políticas, devem refletir e decidir sobre a melhor forma de utilizar o documento.

1. SUBSÍDIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDD+

Um processo como este, de elaboração coletiva de Salvaguardas Socioambientais de REDD+, se conduzido de forma a garantir a possibilidade de participação dos diversos setores da sociedade civil interessados no tema, resultará em um documento que reflete as preocupações da população em relação aos riscos das atividades de REDD+, e propõe formas para minimizar estes riscos.

Portanto, sendo uma expressão da sociedade civil, os governantes certamente irão considerar as salvaguardas descritas neste documento para a formulação de políticas públicas relacionadas a REDD+.

Muitos países estão agora em um processo de elaboração de suas leis e regulamentações relacionadas a mudanças climáticas e REDD+. Certamente estas legislações nacionais e regionais precisarão incluir

formas para reduzir os riscos socioambientais destas atividades, e as Salvaguardas Socioambientais de REDD+ elaboradas podem ser tomadas como base para isso.

No Brasil, ainda que representantes governamentais não tenham participado do Comitê Multissetorial, os técnicos do Governo Federal e dos Governos Estaduais estavam sempre informados sobre o processo e receberam a versão final do documento.

As políticas públicas relacionadas à REDD+ ainda estão em processo de discussão no Governo Federal e nos Governos Estaduais do Brasil, mas já há sinais claros de que as Salvaguardas Socioambientais de REDD+ serão incorporadas em qualquer legislação que for criada a este respeito.

2. ADOÇÃO DAS SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS EM PROJETOS DE REDD+

Uma vez elaboradas as salvaguardas socioambientais, é importante que as diversas iniciativas de REDD+ em desenvolvimento no país, sejam projetos privados ou programas governamentais, devem incluir estas salvaguardas em seu planejamento de modo a reduzir os riscos socioambientais de suas atividades.

Mesmo antes que as salvaguardas socioambientais se tornem parte de uma legislação do país, o Comitê Multissetorial pode fazer um levantamento das diversas iniciativas de REDD+ em fase de desenvolvimento ou implementação no país, e entrar em contato com cada uma delas para apresentar-lhes as salvaguardas socioambientais.

Considerando que foi uma iniciativa multissetorial, que contou inclusive com a participação de representantes do setor privado, seria importante que o desenvolvedor do projeto se comprometa com as salvaguardas socioambientais, para garantir que seu projeto esteja de acordo com aquilo que foi discutido intensamente pela sociedade civil e acordado em um grupo multissetorial.

Desta forma, as Salvaguardas Socioambientais de REDD+ se tornam uma referência para todas as iniciativas de REDD+ em desenvolvimento no país.

REDDNESS: preparação para REDD+

O processo de preparação para REDD+, também conhecido como REDDNESS, envolve necessariamente a discussão nacional e elaboração de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ que possam reduzir os potenciais riscos associados a estas atividades.

Ao elaborar um processo como este, o país demonstra que está se preparando para receber recursos internacionais destinados a REDD+, e poderá integrar, com maior segurança, iniciativas multilaterais como o FCPF do Banco Mundial, ou o UN-REDD, da ONU.



3. PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

- A discussão sobre Salvaguardas Socioambientais de REDD+ deve ser realizada em nível nacional, ou subnacional. Os riscos relacionados a atividades de REDD+ estão diretamente relacionados às realidades locais de cada país e de cada região.
- A elaboração coletiva destas salvaguardas, em processos que envolvam os diversos setores da sociedade civil afetados e/ou interessados em REDD+, é possível de ser realizada com um volume de investimentos relativamente baixo.
- A discussão sobre Salvaguardas Socioambientais de REDD+ de forma multissetorial, envolvendo os diversos setores da sociedade civil afetados e/ou interessados em REDD+, é bastante positiva, pois permite a disseminação de conhecimento sobre o tema e a interação entre diferentes setores e realidades, resultando em um aprendizado social coletivo.
- Este processo, conduzido de forma participativa e inclusiva, é fundamental para que o documento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ tenha credibilidade, e seja reconhecido como uma legítima expressão da sociedade civil.
- O envolvimento dos grupos que podem ser diretamente afetados por atividades de REDD+, em especial os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, é condição sine qua non para o sucesso deste processo. As preocupações destes grupos precisam ser devidamente consideradas na versão final das salvaguardas socioambientais.

VERSÃO FINAL DAS SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+ DESENVOLVIDAS NO BRASIL.

As salvaguardas foram organizadas em formato de Princípios e Critérios para facilitar a discussão em temáticas específicas e relevantes para REDD+.

A seguir são apresentados apenas os Princípios e Critérios. A versão completa do documento pode ser acessada em: www.reddsocioambiental.org.br

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS

1 CUMPRIMENTO LEGAL: atendimento aos requerimentos legais e acordos internacionais aplicáveis.

1.1 As ações de REDD+ devem respeitar a legislação trabalhista brasileira, incluindo as determinações relacionadas à saúde e segurança do trabalho e à repressão a qualquer forma de trabalho escravo e infantil, respeitando as particularidades de organização do trabalho de povos indígenas, agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais.

1.2 As ações de REDD+ devem respeitar a legislação ambiental brasileira.

1.3 As ações de REDD+ devem respeitar os acordos internacionais sociais, ambientais, culturais, trabalhistas e comerciais ratificados pelo Brasil.

2 RECONHECIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS: reconhecimento e respeito aos direitos de posse e uso da terra, territórios e recursos naturais.

2.1 Deve haver promoção, reconhecimento e respeito aos direitos constitucionais, legais e

costumários associados à posse da terra, à destinação formal das terras ocupadas e ao uso dos recursos naturais dos povos indígenas, agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais, incluindo o respeito integral à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, ao Tratado da FAO para Agricultura e Alimentação e à Convenção 169 da OIT.

2.2 As ações de REDD+ devem reconhecer e valorizar os sistemas socioculturais e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais.

2.3 As ações de REDD+ devem respeitar os direitos de autodeterminação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

2.4 Nas áreas onde serão aplicadas as ações de REDD+ devem ser respeitados os direitos de propriedade e de posse legítima, e os direitos associados de uso da terra e dos recursos naturais.

2.5 Deve haver mecanismos formais para a resolução dos conflitos vinculados às ações de REDD+, por meio de diálogos que incluam a participação efetiva de todos os atores envolvidos.

3 DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS: distribuição justa, transparente e equitativa dos benefícios que resultarem das ações de REDD+.

3.1 Os benefícios advindos das ações de REDD+ devem ser acessados de forma justa transparente e equitativa por aqueles(as) que detêm o direito de uso da terra e/ou dos recursos naturais e que promovem as atividades de conservação, uso sustentável e recuperação florestal ¹.

4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA E REDUÇÃO DE POBREZA: contribuição para a diversificação econômica e sustentável do uso dos recursos naturais.

4.1 As ações de REDD+ devem promover alternativas econômicas com base na valorização da floresta em pé e no uso sustentável dos recursos naturais e de áreas desmatadas.

4.2 As ações de REDD+ devem contribuir com a redução de pobreza, a inclusão social e a melhoria nas condições de vida das pessoas que vivem na área de aplicação das ações de REDD+ e em sua área de influência.

4.3 As ações de REDD+ devem contribuir com o empoderamento e autonomia das populações envolvidas, tomando como referência instrumentos participativos de planejamento e desenvolvimento local.

4.4 As ações de REDD+ devem considerar medidas de adaptação para minimizar os impactos negativos das mudanças climáticas aos povos indígenas, agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais.

5 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL: contribuição para a conservação e recuperação dos ecossistemas naturais, da biodiversidade e dos serviços ambientais.

5.1 As ações de REDD+ devem contribuir para a conservação e recuperação dos ecossistemas naturais e evitar impactos negativos significativos à biodiversidade e aos serviços ambientais.

5.2 Espécies ou ecossistemas endêmicos, raros, ou ameaçados de extinção, assim como quaisquer outros atributos de alto valor de conservação, devem ser identificados previamente, protegidos e monitorados.

5.3 Em caso de atividades de restauração em áreas degradadas, as ações de REDD+ devem utilizar espécies nativas.

6 PARTICIPAÇÃO: participação na elaboração e implementação das ações de REDD+ e nos processos de tomada de decisão.

6.1 Devem ser garantidas as condições de participação dos(as) beneficiários(as) em todas as etapas das ações de REDD+ e nos processos de tomada de decisão, inclusive quanto à definição, negociação e distribuição dos benefícios.

6.2 Os processos de tomada de decisão relacionados às ações de REDD+ devem garantir de forma efetiva o direito ao consentimento livre, prévio e informado, consideradas as representações locais e o respeito à forma tradicional de escolha de seus/suas representantes por povos indígenas, agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais.

6.3 As populações localizadas na área de influência devem ser informadas sobre as ações de REDD+.

7 MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA: disponibilidade plena de informações relacionadas às ações de REDD+.

¹ Para fins de aplicação deste documento, a expressão "recuperação florestal" não inclui nenhum tipo de plantações florestais homogêneas.

7.1 Os(as) beneficiários(as) devem ter acesso livre às informações relacionadas às ações de REDD+, em uma linguagem de fácil entendimento, para que possam participar das tomadas de decisão de forma previamente informada e responsável.

7.2 Deve ser garantida a transparência de informações sobre as ações de REDD+, incluindo no mínimo aquelas relacionadas aos aspectos metodológicos, à localização e tamanho da área, à definição e participação dos atores envolvidos e afetados, às atividades a serem executadas, ao tempo de duração do projeto e aos mecanismos de resolução de conflitos.

7.3 Em terras públicas, áreas protegidas e em outras áreas que envolvam povos indígenas, agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais, ou em ações de REDD+ que utilizem recursos públicos, deve ser garantida também a transparência de informações relacionadas à captação, aplicação e distribuição dos benefícios advindos das ações de REDD+, e prestação de contas periódica.

7.4 Deve-se realizar um monitoramento periódico dos impactos e benefícios socioambientais, econômicos e climáticos das ações de REDD+, respeitando o modo de vida e as práticas

tradicionais dos povos indígenas, agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais, e seus resultados devem ser disponibilizados publicamente.

8 GOVERNANÇA: promoção de melhor governança, articulação e alinhamento com as políticas e diretrizes nacionais, regionais, e locais.

8.1 As ações de REDD+ devem estar articuladas e serem coerentes com as políticas e programas nacionais, estaduais, regionais e municipais de mudanças climáticas, conservação, desenvolvimento sustentável e combate ao desmatamento.

8.2 As ações de REDD+ devem atender a políticas estaduais e nacionais de REDD+.

8.3 A redução de emissões e o seqüestro de carbono resultantes das ações de REDD+ devem ser quantificados e registrados de modo a evitar a dupla contagem.

8.4 As ações governamentais de REDD+ devem contribuir para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial.

ANEXO 2.

INTEGRANTES DO COMITÊ MULTISSETORIAL FORMADO PARA CONDUZIR O PROCESSO NO BRASIL:

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

Joaquim Belo

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

Fani Mamede

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Rubens Gomes

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Marcos Apurinã

Rede Povos da Floresta

Ailton Krenak

Biofílica

Plínio Ribeiro

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

Rodrigo Justo de Brito

PFCA - Grupo de Produtores Florestais Certificados da Amazônia

Andresa Dias

ICV - Instituto Centro de Vida

Laurent Micol

ISA - Instituto Socioambiental

Erica M. Yamada

Greenpeace

João Talocchi

WWF

Anthony Anderson

Fundação AVINA

Carlos Miller

ICRAF - Centro Mundial de Agrofloresta

Marcos Tito

IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Brenda Brito

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

André Lima

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Angelo Augusto dos Santos

CI - Conservação Internacional

Alexandre Prado

TNC - The Nature Conservancy

Gilberto Tiepolo

FAS - Fundação Amazonas Sustentável

Gabriel Ribenboim

Facilitação do Comitê e do Processo de Elaboração

Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

Mauricio Voivodic

Talía M. Bonfante



Realização



Apoio



Embaixada Britânica
Brasília